



CONTRIBUTOS DA UGT

ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO ECONÓMICO, INVESTIMENTO E COMPETITIVIDADE

No quadro dos trabalhos da concertação social foi encetada uma discussão sobre as prioridades e linhas de intervenção relativa à temática *Competitividade, Investimento, Crescimento económico, Internacionalização e Financiamento das empresas*, tendo o Governo apresentado, na reunião de 18 de Fevereiro, o documento “Estratégia de Crescimento Económico e de Competitividade da Economia Portuguesa: internacionalização, capitalização, inovação e redução de custos de contexto”.

O documento, constituindo um ponto de partida para o aprofundamento de uma discussão tripartida em torno das temáticas já referidas, é um documento demasiado genérico nos domínios abordados, apresentando princípios e objectivos gerais sem apresentar medidas concretas, coerentes e calendarizadas (priorizadas), sendo ainda omissos num conjunto de matérias que a UGT considera essenciais para a construção e implementação de uma estratégia de crescimento, investimento e emprego sólida e equilibrada.

O documento deverá ser aperfeiçoado no sentido de definir objectivos e medidas concretas nos diferentes eixos gerais de intervenção, garantindo um maior equilíbrio e reflectindo consensos quanto às medidas a adoptar e à sua implementação (calendários, prioridades...). Verificam-se desequilíbrios no que concerne a forma e o grau de detalhe com que são abordadas diferentes matérias, coexistindo áreas onde se apresentam medidas já mais detalhadas (tais como os fundos de capitalização das empresas, onde se avança nomeadamente com montantes financeiros) com outras, onde apenas são enunciados princípios gerais ou objectivos estratégicos (como a valorização dos recursos humanos), sem que os mesmos se traduzam em medidas concretas.

Para a UGT, uma estratégia de crescimento, investimento e emprego não se pode reduzir aos eixos de intervenção já identificados pelo Governo (muito centrados na esfera económica e empresarial), e que constam do documento de trabalho já enviado, devendo antes integrar todo um conjunto de áreas e matérias indissociáveis das temáticas em apreciação, pois só por essa via se garantirá uma estratégia coerente e articulada. São disso exemplo, matérias como a formação contínua, o investimento público ou o combate à economia informal e relativamente às quais adiante nos pronunciaremos.

Uma última nota não pode deixar de ir para o excessivo enfoque que, no entender da UGT, é colocado nas exportações e na internacionalização das empresas e da economia portuguesa - enquanto vector de promoção do crescimento económico - e na secundarização da vertente de dinamização do mercado interno. Este desequilíbrio é visível na forma como são abordadas as questões ligadas aos apoios directos às empresas, bem como na valorização dos Recursos humanos - muito centrada em programas de inserção de jovens quadros nas empresas exportadoras e de apoio a formação em áreas como a internacionalização.

Esta é uma visão que não é partilhada pela UGT, que há muito vem defendendo políticas que apostem na modernização dos sectores de bens e serviços transaccionáveis, reconhecendo o seu papel para a melhoria das exportações, mas que apostem também nos bens e serviços não transaccionáveis, tendo em atenção a relevância para o mercado interno, para o emprego e para a própria sustentabilidade das empresas exportadoras que estes sectores dos bens e serviços não transaccionáveis têm para a economia e para o País.

Na mesma linha não podemos deixar de referir aqui que o Governo, quer no seu Programa, quer no Orçamento do Estado 2016, assumiu opções que traduzem a necessidade de uma estratégia de crescimento com maior equilíbrio entre o mercado externo e a procura interna, sendo que essa necessidade se encontra omissa no documento apresentado e deverá traduzir-se em medidas concretas numa próxima versão nas várias dimensões que o exigem.

A UGT espera, por conseguinte, que o Governo apresente um novo documento mais aprofundado que atenda aos constrangimentos acima referidos e reflecta uma intervenção mais transversal e integrada por parte do Governo (articulando as diferentes áreas governativas sobre estas matérias), de modo a constituir-se como uma base mais consistente para uma reflexão em sede de concertação social.

No que se refere a matérias omissas ou que carecem de aprofundamento e que esperamos ver integradas numa versão futura do documento, a UGT já teve a oportunidade de identificar um conjunto de matérias pertinentes e que voltamos a reiterar:

- **Reforço da formação profissional contínua dos trabalhadores e da capacitação técnica das empresas**

Nesta matéria, importa, desde logo ter presente que a aposta na capacitação técnica das empresas não deve limitar-se a domínios como a inovação, a qualidade, a internacionalização, devendo ainda ter em atenção as necessidades de empresas de menor dimensão em áreas “mais tradicionais” como gestão, comercialização e distribuição, entre outras. Por conseguinte,

importará discutir os mecanismos de integração de competências nas empresas, como os estágios, os apoios à contratação e a formação dos trabalhadores, promovendo uma inserção profissional adequada e empregos de qualidade.

A melhoria das qualificações das pessoas passa certamente pela formação inicial (jovens e formação-educação de adultos), mas exige igualmente uma aposta forte na formação dos trabalhadores activos, responsabilidade partilhada pelo Governo, empresas e trabalhadores.

- **Papel do Investimento Público**

Para além de uma discussão sobre o papel do investimento público na dinamização do investimento privado e na atracção do IDE, importa também abordar esta temática tendo presente o seu contributo para a criação de emprego, para a promoção de factores imateriais de competitividade (como a qualificação das pessoas) e ainda para a promoção da coesão social e de combate à desertificação e de valorização do interior.

A UGT considera que, a par de uma utilização e afectação adequada dos FEEI, será necessário clarificar e aprofundar as opções quanto ao papel da IFD e da CGD na promoção do investimento privado na economia, bem como as prioridades e objectivos na utilização de verbas comunitárias existentes ao abrigo do Plano Juncker por parte de Portugal.

- **Economia informal – combate à fraude e evasão fiscal e contributiva**

As estimativas recentes apontam para um novo aumento da economia não registada no nosso País em 2014, permanecendo esta a níveis muito elevados e lesivos para o crescimento e desenvolvimento económicos e para a coesão social. Esta é uma matéria que não pode ser secundarizada numa estratégia de investimento, competitividade e emprego como a que estamos a procurar construir em sede de CPCS e, nesse sentido, afigura-se-nos importante não apenas obter um ponto de situação por parte do Governo sobre os planos de combate à fraude e evasão em curso ou em preparação mas, com base nessa informação, estabelecer prioridades, objectivos e metodologias de acompanhamento por parte dos parceiros sociais.

- **O papel da supervisão e regulação**

Esta é uma área importante na defesa e promoção de um ambiente económico mais saudável, mais competitivo e de concorrência leal, mas deve igualmente ser abordada numa perspectiva de defesa do interesse dos cidadãos e da lógica de interesse público.

- **Regularização das dívidas entre as Administrações Públicas e as empresas/ cidadãos bem como entre particulares**

Portugal é um dos países, o 3º da União Europeia em 2015, com maiores atrasos nos pagamentos do sector público (cerca de 94 dias), com efeitos adversos em termos de investimento e podendo potenciar encerramento de empresas e aumento do desemprego.

14.03.2016